

**QUESTÕES OBJETIVAS DE  
MÚLTIPLA ESCOLHA**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1 – Entende-se que as empresas públicas e as sociedades de economia mista exploradoras de atividades econômicas não estão obrigadas a realizar licitação**

- (A) desde que seja para contratação de obras ou de atividades econômicas.
- (B) porque se sujeitam ao mesmo regime jurídico das empresas privadas.
- (C) porque a Lei de Licitações, expressamente as dispensa desse procedimento.
- (D) para as operações enquadráveis em sua atividade-fim.

**2 – No campo da Responsabilidade Extracontratual do Estado, diz-se que este não se converte em Segurador Universal, visto que o direito brasileiro não adota a teoria**

- (A) do Risco Administrativo.
- (B) da Responsabilidade objetiva nos casos de nexos causal.
- (C) do Risco Integral.
- (D) da Responsabilidade subjetiva por condutas comissivas.

**3 – Ao cabo de um contrato de concessão, os bens afetados à prestação do serviço serão revertidos ao ente público concedente, em função do princípio da continuidade do serviço público. Essa reversão ao patrimônio público implica indenização à concessionária?**

- (A) Sim, desde que os investimentos nesses bens não tenham sido amortizados pelas tarifas.
- (B) Não, porque no regime da concessão de serviço público os bens não são da concessionária, mas sim do Poder Público.
- (C) Sim, desde que tenha havido revisão no contrato para restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) Nunca, porque o prazo da concessão foi estabelecido no edital de licitação, e indenização a seu final implicaria enriquecimento ilícito da concessionária.

**4 – Em acidente automobilístico envolvendo veículo particular e ônibus de concessionária de serviço público de transporte coletivo, o motorista do veículo particular sofreu lesões corporais graves. A concessionária foi condenada, em ação de responsabilidade civil, pelos danos causados à vítima. O Supremo Tribunal Federal, por maioria, levou em consideração o fato de a vítima não ser usuária do serviço público concedido e que não se poderia fazer a concessionária responder da mesma forma que responderia frente a um usuário do serviço concedido. Isso significa que o Supremo entendeu que**

- (A) a concessionária não responderia pelos danos.
- (B) a responsabilidade da concessionária seria objetiva.
- (C) a responsabilidade da concessionária seria meramente subjetiva.

(D) a responsabilidade da concessionária seria objetiva, mas a vítima deveria comprovar a culpa da concessionária.

**5 – Após vários meses da celebração de um contrato de prestação de serviços de vigilância, entre o Poder Público e a empresa vencedora da licitação, esta tornou-se inadimplente com a Previdência Social (FGTS e INSS). O Poder Público contratante deve**

- (A) rescindir o contrato e pode contratar com inexigibilidade de licitação, por emergência, visto que se trata de um serviço essencial.
- (B) manter o contrato pelo prazo contratual e, após, pode iniciar novo processo licitatório.
- (C) rescindir o contrato e pode contratar qualquer empresa, com inexigibilidade de licitação, para dar continuidade ao serviço, pelo prazo restante.
- (D) rescindir o contrato e pode contratar, com dispensa de licitação, a licitante classificada em segundo lugar.

**6 – O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei. Tal princípio deriva:**

- (A) do controle administrativo de seus próprios atos.
- (B) do controle judicial dos atos administrativos.
- (C) da indisponibilidade do interesse público.
- (D) do princípio da hierarquia.

**7 – O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato decorre, especificamente, do princípio:**

- (A) da legalidade.
- (B) da motivação.
- (C) da publicidade.
- (D) da moralidade.

**8 – Em Direito Administrativo vigora o princípio da publicidade. Assinale a situação abaixo que permite o sigilo dos atos administrativos.**

- (A) conveniência para o agente praticante do ato administrativo.
- (B) atos administrativos praticados em desamparo legal.
- (C) quando for imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

**9 – Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública é CORRETO afirmar:**

- (A) o princípio da legalidade comporta exceção no caso de ato discricionário.
- (B) o desvio de finalidade implica em ofensa ao princípio da publicidade.
- (C) a inobservância ao princípio da proporcionalidade, acarreta também a ofensa ao princípio da razoabilidade.
- (D) os princípios administrativos aplicam-se apenas às esferas Estaduais do Poder Executivo.

**10 – Dentre as denominadas causas justificadoras da inexecução de um contrato administrativo,**

**temos aquela que se difere das demais, por constituir-se um elemento que já estava presente mesmo antes da celebração do contrato, mas que não pode ser verificado mesmo com todos os cuidados necessários; falamos de:**

- (A) interferência imprevista;
- (B) fato do príncipe;
- (C) fato da administração;
- (D) teoria da imprevisão.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**11 – A Constituição Federal estabelece que.**

- (A) compete exclusivamente à União legislar sobre direito tributário;
- (B) os Estados podem legislar sobre direito tributário, desde que autorizados pelo Senado Federal;
- (C) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário;
- (D) os Municípios não têm competência para legislar sobre direito tributário.

**12 – Assinale a alternativa que não apresenta uma das características da definição de tributo prevista no Código Tributário Nacional – CTN.**

- (A) Tributo não constitui sanção de ato ilícito.
- (B) Tributo pode ser instituído por decreto.
- (C) Tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

- (D) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda, ou cujo valor nela se possa exprimir.

**13 – A Lei no 8.212/91, ao instituir o plano de custeio da Seguridade Social, prevê, em seus artigos 45 e 46, o que segue:**

“Art. 45. O direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada. (...)”

“Art. 46. O direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma do artigo anterior, prescreve em 10 (dez) anos.”

É correto afirmar que

- (A) o artigo 45 da Lei no 8.212/91 é constitucional, mas o artigo 46 dessa mesma lei padece de inconstitucionalidade, já que o crédito da Fazenda Nacional é imprescritível.
- (B) os artigos 45 e 46 da Lei no 8.212/91 são ambos inconstitucionais, porquanto lei ordinária não poderia estabelecer prazos decadenciais e prescricionais, matéria esta que somente pode ser regulada por lei complementar.
- (C) os artigos 45 e 46 da Lei no 8.212/91 são ambos constitucionais, na medida em que a instituição e a cobrança de contribuições previdenciárias não se submetem ao Capítulo do

Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição.

- (D) o artigo 46 da Lei no 8.212/91 é constitucional, mas o artigo 45 dessa mesma lei padece de inconstitucionalidade, uma vez que a Seguridade Social deve lançar seus créditos, sob pena de responsabilidade pessoal do agente.

**14 – O Código Tributário Nacional - CTN prevê que**

- (A) a competência tributária, também chamada de capacidade tributária ativa, pode ser delegada nas hipóteses previstas em lei.
- (B) imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que depende de uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- (C) as taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (D) a contribuição de melhoria é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, sendo que, nas hipóteses previstas em lei, seu limite total pode superar o montante da despesa realizada.

**15 – Mediante lei ordinária, a União pode instituir**

- (A) impostos extraordinários, compreendidos na competência tributária dos Estados ou dos Municípios, na iminência de guerra externa.

- (B) imposto sobre operações relativas à circulação de ouro, definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, na operação de origem, desde que sua alíquota não ultrapasse um por cento.
- (C) empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (D) imposto sobre doações de bens móveis, quando o doador e donatário tiverem domicílio no exterior.

**16 – As contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social:**

- (A) somente poderão ser exigidas após decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou, vedada sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada aquela lei.
- (B) não podem ser cobradas das entidades de educação, sem fins lucrativos;
- (C) somente podem ser cobradas do importador de bens ou serviços que for empregador, empresa ou entidade a ela equiparada.
- (D) não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de petróleo e seus derivados.

**17 – No que se refere ao IPTU, é correto afirmar:**

- (A) Pode ter sua base de cálculo corrigida por meio de decreto, e nesse caso submete-se apenas ao disposto no art. 150, III, b, da Constituição Federal;
- (B) Só poderá ter a sua base de cálculo corrigida por meio de lei,

submetendo-se, em todos os casos ao princípio da anterioridade de exercício e ao princípio da anterioridade nonagesimal;

- (C) Tem sua base de cálculo fixada considerando-se apenas o valor venal do terreno, não a integrando os denominados imóveis por acessão física;
- (D) Nenhuma das respostas anteriores.

**18 – No que se refere ao ISSQN, temos que, segundo a jurisprudência mais recente do STJ, o mesmo em todos os casos será devido:**

- (A) No Município onde houve a prestação do serviço;
- (B) No Município onde se situa a sede do estabelecimento prestador, quando o fato gerador ocorreu antes da vigência da Lei Complementar nº 116/03, e no Município onde houve a prestação do serviço, quando o fato gerador ocorreu após a vigência da referida norma;
- (C) No local da prestação do serviço, quando o fato gerador ocorreu antes da vigência da Lei Complementar nº 116/03, e no local da sede do estabelecimento prestador, quando o fato gerador ocorreu após a vigência da referida norma;
- (D) No Município onde houve a prestação do serviço e no Município onde se encontra a sede

do estabelecimento prestador, na proporção de 50% para cada um.

**19 – Para todos os tributos, é correto afirmar que:**

- (A) sua alíquota deve ser fixada por lei;
- (B) não podem ser cobrados em relação a fatos geradores de ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
- (C) não podem incidir sobre templos de qualquer culto;
- (D) não podem ser cobrados no mesmo exercício em que tenha sido publicada a lei que os tenha instituído ou aumentado.

**20 – A remissão, em matéria tributária:**

- (A) pode ser concedida, independentemente de lei que a preveja, no caso de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- (B) é concedida pela União em caráter geral, vedada a consideração quanto a condições peculiares de determinada região do seu território;
- (C) sempre depende de previsão em lei;
- (D) uma vez prevista em lei, independe de qualquer ato por parte da autoridade administrativa.

### **QUESTÃO DISSERTATIVA:**

A denominada “discriminação constitucional”, que efetivou a distribuição da competência constitucional tributária e a repartição das receitas advindas pela arrecadação dos tributos entre as Entidades Estatais da Federação não se mostra

plenamente justa para com os Municípios, já que estes, malgrado sempre arquem com enormes encargos, não contam com grandes fontes de receitas próprias.

Tal realidade tem obrigado muitos dos municípios brasileiros a buscarem formas de incremento de suas receitas próprias, sendo certo que a instituição de novos tributos tem sido uma das vias encontradas.

Segundo a ordem constitucional vigente, os únicos tributos que podem ser criados pelos municípios seriam os impostos do art. 156, as taxas, previstas genericamente no art. 145, II, as contribuições de melhoria, também previstas de forma genérica no mesmo art. 145, III e a contribuição de iluminação pública, contemplada no art. 149-A.

Diante dessa grande limitação, a instituição da taxa de lixo e da contribuição de iluminação pública – CIP tem sido a opção mais viável, entretanto, esses dois tributos enfrentaram grande resistência por parte dos contribuintes.

Houve momento em que a denominada taxa de lixo veio a ser considerada como inconstitucional, pois ao utilizar como base de cálculo o tamanho dos imóveis urbanos, estaria ferindo o preceito contido no art. 145, § 2º, da CF, porém, o STF editou as Súmulas Vinculantes nº 19 e 29, as quais garantiram que referidas taxas não poderiam ser consideradas como inconstitucionais por utilizarem esse tipo de base de cálculo.

Por outro lado, no que tange à contribuição de iluminação pública, a CIP, temos que a mesma teve sua origem na antiga “taxa de iluminação”, essa sim tida como inconstitucional até o presente momento, motivo pelo qual houve a edição da EC nº 039/2002, que inseriu o art. 149-A no texto da Carta Magna e permitiu a exação em questão na forma de contribuição e não como taxa.

**Diante de todas as considerações feitas acima, discorra sobre as ocorrências relatadas, esclarecendo os motivos que levaram ao reconhecimento de inconstitucionalidade das exações e explicando como as intercorrências envolvendo o Poder Judiciário influenciaram a realidade vivida nos dias de hoje, onde muitos municípios de fato cobram a taxa de lixo e a CIP.**

**Boa Prova!**